

ATA 2147ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas e quarenta minutos, realizou-se a segunda milésima centésima quadragésima sétima reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região. Considerando o estado de pandemia declarado pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, as restrições impostas pelo Governo do Município de São Paulo, que decretou situação de emergência na cidade por meio do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo, o Decreto 64.994, de 28 de maio de 2020, que prorroga a quarentena no Estado de São Paulo até 15 de junho de 2020, e as Portarias CRP SP nº 06/2020, 07/2020, 08/2020, 12/2020, nº 13/2020 e nº 015/2020 que estabelecem o Plano de Contingência com medidas de prevenção ao contágio de pessoas pelo Coronavírus – COVID-19, em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, esta Plenária é realizada por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Zoom. Estiveram presentes 24 (vinte e quatro) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Ana Paula Hachich de Souza, Annie Louise Saboya Prado, Beatriz Borges Brambilla, Eduardo de Menezes Pedroso, Emanoela Priscila Toledo Arruda, Ione Aparecida Xavier, Ivani Francisco de Oliveira, Julia Pereira Bueno, Jumara Silvia Van De Velde, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Luciane de Almeida Jabur, Maria da Glória Calado, Maria Rozineti Gonçalves, Monica Marques dos Santos, Murilo Centrone, Raizel Rechtman, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Sulamita Jesus de Assunção, Talita Fabiano de Carvalho e Tatiane Rosa da Silva. Participaram também Eliane Cristina Dias de Almeida (Gestora da Subsede de Sorocaba), Juliana Cristina Bessa (Gestora da Subsede de Assis) e Regiane Aparecida Piva (colaboradora da Comissão de Orientação e Fiscalização). **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência das conselheiras Annie Louise Saboya Prado (somente até doze horas, estando presente após esse horário acompanhando o restante desta reunião ordinária),

Clarissa Moreira Pereira e Monica Cintrão França Ribeiro. **1.2) Calendário de Reuniões 2020** – Raizel Rechtman apresenta proposta de alteração no Calendário das reuniões do CRP SP, com o cancelamento das Plenárias agendadas para o dia 19 de junho: sendo uma Plenária de Julgamento, das 14h às 18h, e duas Plenárias Éticas agendadas para a mesma data no período das 19h às 22h. Mantem-se a Plenária Ordinária agendada para o dia 20 de junho, sábado, das 09h30 às 12h30. Destaca-se que ainda não há calendário definido para o segundo semestre de 2020, mas, apontou-se que, caso o teletrabalho seja mantido, o plenário deve discutir a periodicidade das plenárias, se manterão as Plenárias Ordinárias quinzenais. **Encaminhamento: 1)** O plenário aprova a alteração de Calendário, com o cancelamento das Plenárias de Julgamento e Ética que seriam realizadas em 19 de junho. **2)** Indica-se que na Plenária Ordinária de 20 de junho, seja apresentada proposta de calendário para o segundo semestre, quando deliberarão sobre a manutenção da periodicidade das sessões ordinárias. **1.3) APAF (30 de maio de 2020)** – As conselheiras Beatriz Borges Brambila, Ivani Francisco de Oliveira e o conselheiro Rodrigo Toledo participaram da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças realizada no último dia 30 de maio, ocasião em que foram discutidos os pontos: teto das anuidades (mantendo-se o teto atual); a organização do Grupo de Trabalho sobre eleições, ficando o CRP MG como representante da região sudeste; e, por último, o Grupo de Trabalho sobre questões financeiras, instituído para debater resoluções, anuidades, teto de gastos, política de isenção e descontos da anuidade. O CRP SP está entre os regionais que integraram esse GT. **1.4) Comissão de Análise para Concessão do Título Profissional de Especialista – CATE** – Lilian Suzuki expõe que o CRP SP juntamente com os Conselhos de Psicologia do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo estão construindo a Minuta das Ementas das Especialidades da Psicologia que será anexada à Resolução CFP n.º 13/2007 (que regulamenta a concessão do Título de Especialista). A última reunião desse grupo, que contou com ampla participação, foi realizada no último dia 29 de maio, em que foi definido que cada Regional enviaria contribuições à minuta. Nesse sentido, o material foi encaminhado ao plenário e reforçou-se o pedido às/aos conselheiras/os que lessem as ementas sobre cada especialidade. No entanto, a finalidade não será a

reescrita da Resolução, apenas possíveis ajustes. Considerações: 1) Sugeriu-se a consulta aos Comitês Consultivos com o envio de trecho específico de cada especialidade para colaboração, bem como reunião específica entre as conselheiras para essa tarefa. 2) Salientou-se o curto prazo para envio de contribuições, visto que a próxima reunião do GT da APAF sobre Títulos de Especialista ocorrerá já no dia 08 de junho. Entretanto, esse prazo será negociado junto ao coordenador do GT pelo CFP, considerando que a próxima APAF ocorrerá somente em dezembro de 2020. 3) Acrescentou-se que a APAF de dezembro de 2019 definiu que o CRP SP seria representante da região sudeste no referido GT sobre Títulos de Especialista, porém, o coordenador do grupo informou que o CRP MG apresentou interesse em compor a representação da região Sudeste nesse GT. Como a dupla representação da região não seria estendida a outros Regionais, posicionaram-se contrários. Assim, manteve-se apenas uma representação da Região Sudeste, o CRP SP. **1.5) Mês do Orgulho LGBT** – Rodrigo Toledo relembra que em 28 de junho é comemorado o Dia Internacional do Orgulho LGBT. Considerando que muitas entidades já realizariam atividades, pensou-se em não promover ação na citada data. Sugeriu-se lembrar o dia do orgulho LGBT durante *live* sobre violência doméstica programada ocorrer nesse dia 28. Em seguida, expôs-se o calendário de ações do CRP SP durante o mês de junho, com duas *lives* nos dias 18 e 25 de junho que abordarão os temas: Orgulho LGBT e Questões Raciais; e, Saúde Sexual e Prazer na Comunidade LGBT. Além dos citados eventos *on-line*, foi programada a publicação de vídeos nas redes sociais do CRP SP com depoimentos de até 3 (três) minutos contando sobre quais as estratégias para enfrentar a LGBTfobia. Foi explicado que se pretende coletar 2 (dois) depoimentos por território, contemplando-se a diversidade dos depoimentos, e que seriam bem-vindos depoimentos de pessoas que se identificam como bissexuais. Criou-se um grupo temporário de apoio para recepcionar esses vídeos, composto pela gestora Juliana Cristina Bessa, as conselheiras Julia Pereira Bueno, Sulamita Jesus de Assunção e os conselheiros Eduardo de Menezes Pedroso e Rodrigo Toledo. Como já iniciaram algumas gravações, será possível começar o lançamento dos vídeos na semana subsequente a esta reunião plenária. Salientou-se que as conselheiras e subsedes que indicarem pessoas para gravarem os

vídeos ficariam responsáveis por solicitar as gravações, assim como enviarem os nomes e contatos para a Comissão de Comunicação. A assessora de Relações Externas, Andrea Licht, acrescentou que pela plataforma Zoom a qualidade da gravação de vídeos é comprometida, ficando melhor quando gravadas por aparelhos celulares. **Considerações:** 1) Questiona-se se os territórios poderiam fazer indicações de pessoas de outras regiões, informando-se, ainda, que o CREPOP foi contatado pela Associação Brasileira de Intersexo que também poderia ser indicada. 2) O plenário sugestionou que esses vídeos poderiam ser transformados em um minidocumentário a ser exibido no mês das atividades que foram transferidas de data, por exemplo, a Parada Gay, que foi remanejada para o mês de novembro, devido à pandemia de coronavírus. **Encaminhamento: 1)** Os vídeos a serem gravados devem responder a duas perguntas disparadoras, sendo a primeira sobre quais as estratégias para enfrentar a LGBTfobia e a segunda acerca das ações realizadas em seu território. Para esses vídeos, deve-se contemplar bissexuais, pessoas intersexo e assexuadas. **2)** As orientações sobre os vídeos serão enviadas para todas/os as/os conselheiras/os por *e-mail* com prazo determinado para a resposta. A Unidade de Secretaria auxiliará para que essa mensagem seja disparada na próxima segunda-feira, 08 de junho. **1.6) BR Conselhos** – Raizel Rechtman informa que por determinação do Conselho Federal de Psicologia, o BRC (Sistema BR Conselhos) será implantado em todo o Sistema Conselhos de Psicologia, tendo sido iniciada a implantação no CRP PR e, agora, chegando a São Paulo. A Unidade de Informática estava acompanhando a implantação, mas, a partir de insegurança da Diretoria, foi contratada uma consultoria, de Nilton Leme, para acompanhar esse processo, uma vez que possui especialidade com o assunto. A consultoria trouxe um relatório técnico apresentando os riscos e apontando que da maneira como o sistema estava sendo pensado não atenderia ao que o CRP SP necessitava. No momento, ainda não foi apresentado como será feita a migração de dados. Também está sendo estudado, a partir do diálogo com o GT TI nacional, como garantir o acesso de todas as Subsedes, bem como a parametrizados dos relatórios emitidos pelo sistema. Será realizada uma reunião entre o CFP e BRC em que será revisto o cronograma de implantação do sistema no intuito de garantir segurança para o CRP SP. A partir de

apontamentos do plenário sobre a preocupação em relação a dificuldades encontradas no CRP PR com a implantação do BRC que poderiam prejudicar o CRP SP, informou-se que Nilton Leme dialogará com as Unidades de Informática e Comunicação para verificar como o sistema atende à Comunicação e em que momento será acionado o BCR ou a página do Conselho. Expôs-se, igualmente, que as/os membra/os da COF sentiram mais confiança na implantação desse sistema ao verificar que a gestão, nestas duas últimas semanas, tem acompanhado cuidadosamente o processo e possíveis homologações do CFP. Acrescentou-se que a intenção é garantir os detalhes sem causar impacto nos processos de trabalho. **1.7) Quadro de Assessorias** – A discussão sobre a avaliação geral das áreas, trabalhadoras/es e assessorias foi realizada em sigiloso. Registra-se que discutiu-se sobre o apoio da Flacso para organização da Comunicação e sobre a contratação de novas assessorias, sendo uma para TI, para acompanhar a implantação do BRC e outras questões relativas à área de tecnologia da informação, além da nova assessoria para a Unidade Financeira que iniciará seus trabalhos na próxima semana auxiliando na Prestação de Contas, Orçamento e assuntos afins. Pensou-se na possibilidade de contratação de consultoria de Recursos Humanos, mas entendeu-se que não é o momento adequado, deixando-se o assunto para ser debatido posteriormente. Discutiu-se também o Crepop e o apoio administrativo da Coordenação Técnica-Política, que passará a contar com uma assistente na organização dos Eixos e monitoramento das ações políticas. Expôs-se a importância da devolutiva do plenário à Diretoria, considerando a aproximação do marco de nove meses da gestão, da qualificação do trabalho nesse período diante das poucas possibilidades enquanto gestão, bem como da responsabilidade para a concretização das tarefas planejadas. **1.8) Crepop Nacional** – talita Fabiano informou que foi realizada reunião do Crepop Nacional com os Regionais em que foram discutidas as atividades de pesquisa. Relatou-se preocupação em relação à possibilidade suspensão das pesquisas em curso, sendo elas sobre a temática Suicídio, questão muito importante neste momento de pandemia, e o levantamento de instituições de acolhimento. Na referida reunião foi deliberado que tais questões serão tratadas em reunião de presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia. Pontuou-se que o CRP SP

defende a manutenção das pesquisas, inclusive visando o fortalecimento do Crepop. **1.9) Diálogo on-line de Ribeirão Preto** - Falou-se sobre situação delicada durante diálogo on-line realizado por meio da plataforma Zoom em que houve muito ruído devido à microfones ligados. O problema não pôde ser solucionado por não ter uma pessoa na função de anfitrião para controlar as questões técnicas (restrita a uma senha específica). Assim, foi solicitado que mais pessoas tenham acesso à essa função de anfitrião para evitar tais situações. **1.10) Comemorações dos 5 anos da LBI** - Maria Rozineti Gonçalves expõe sobre a intenção de realizar atividade alusiva à comemoração do aniversário de cinco anos da Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei 13.146/2015), sancionada em 6 de julho de 2015. Assim, perguntou-se quais subsedes tem núcleos territoriais relacionados à pessoa com deficiência para fazer uma mobilização a partir de uma reunião com esses núcleos. Pensou-se, igualmente, em convidar as/os integrantes do Comitê Consultivo e a possibilidade de indicação de representante da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas para acompanhar a discussão. Falou-se também sobre a proposta desse GT dar segmento à discussão sobre a implementação de ambientes inclusivos nas Subsedes, conforme previsto no planejamento estratégico, cuja ação foi interrompida devido à pandemia de coronavírus. **1.11) Questionário sobre Práticas Psicológicas na Pandemia de Covid-19** – Talita Fabiano informa que o questionário construído pelo Crepop São Paulo em parceria com pesquisadores da USP e FGV sobre práticas psicológicas na Pandemia será publicado para que a categoria possa responder. Sugeriu-se que inicialmente fosse preenchido por conselheiras/os para testagem e, posteriormente, divulgado. **1.12) Cancelamento de Live sobre o atendimento à população em situação de rua no contexto da pandemia** - Noticiou-se o cancelamento da live sobre atendimento à população de rua no contexto da pandemia devido a situação envolvendo um dos participantes, mas que será tratada em sigilo. **Encaminhamento:** A Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) e o Eixo 5 pensarão a melhor estratégia para abordar o conflito. **II) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Submeteu-se ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP, salientando-se que a Unidade de Atendimento deu andamento a

191 todos os processos recebidos e as inscrições foram feitas. **Encaminhamento:**
192 Foram homologados os seguintes processos: Pessoa Física – 155 (cento e
193 cinquenta e cinco) novas inscrições, 26 (vinte e seis) reativações, e 01 (um)
194 cancelamento por não apresentação de diploma. Pessoa Jurídica – 07 (sete)
195 registros. Total geral dos processos analisados: 189 (cento e oitenta e nove),
196 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **III) RECOMPOSIÇÃO DAS**
197 **COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS E OUTRAS** - Foram
198 apresentadas as seguintes propostas de recomposição: a) Comissão Gestora da
199 Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - Exclusão da Membro Ariana Aparecida
200 dos Santos (CRP 06/137607). b) Comissão de Ética - COE - *Subsede Vale do*
201 *Paraíba e Litoral Norte* – Exclusão da membro Ariana Aparecida dos Santos (CRP
202 06/137607). c) Comissão de Orientação e Fiscalização – COF - *Subsede Vale do*
203 *Paraíba e Litoral Norte* - Exclusão da colaboradora Ariana Aparecida dos Santos
204 (CRP 06/137607). *Estadual* – Exclusão das membras Clarissa Moreira Pereira
205 (CRP 06/85338) e Hebe de Camargo e inclusão de Jumara Sílvia Van De Velde
206 como membra. d) Comissão Gestora Metropolitana Exclusão da membra Hebe de
207 Camargo Bernardo (CRP 06/ 37456) e inclusão de Sandra Regina Ramos Braz
208 (CRP 135164) como membra. e) Núcleo Psicoterapias da Subsede Baixada
209 Santista - Inclusão de Alexandra Lelis dos Santos (06/127655); Anne Louise
210 Saboya Prado (06/86192); Carolina Príncipe Lopes (06/85781); Claudia Luiza Toss
211 Cavalcanti (06/51951); Sandra Aparecida Costa da Silva Oliveira (06/158606) e
212 Rafael Lopes da Silva Souza (06/159229) como membras/os. **IV) COMISSÃO DE**
213 **ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** – Maria Rozinetti Gonçalves, conforme
214 deliberação da 2146ª reunião Plenária Ordinária realizada em 28 de maio de 2020,
215 apresenta ao plenário Minuta de Resolução para regulamentar e definir os
216 procedimentos internos a serem adotados pelo CRP-06 quanto ao registro,
217 cadastro e procedimentos de orientação e fiscalização do CRP 06 para Pessoas
218 Jurídicas. Para este ponto, houve a participação da colaboradora de COF, Regiane
219 Aparecida Piva. Não foram apresentados destaques ou dúvidas quanto ao mérito
220 da resolução. Apresentou-se, igualmente, minuta de Portaria que dispõe sobre o
221 registro, cadastro e procedimentos de orientação e fiscalização do CRP 06 para
222 Pessoas Jurídicas, cuja construção visou orientações coletivas, tendo em vista as

Resoluções CFP nº. 16/2019 e nº. 05/2020, bem como as especificidades deste CRP SP em relação ao número de inscrições e cadastros de pessoa jurídica. Pontua que o prazo de fiscalização que tinham, de 90 (noventa) dias era difícil de ser respeitado. A indicação do CRP SP é de que recebem todos os cadastros de Pessoa Jurídica e que precisam regulamentar isso, e ter outras ações para além das fiscalizações. Internamente, fizeram muitos apontamentos quando a Resolução Nacional e levantaram questões ao jurídico. Assim, pensaram em um projeto piloto, com uma Resolução estadual mais genérica e colocando as especificidades da COF em Portaria. **Considerações:** 1) Destacou-se o artigo 1º da Portaria em que foi estipulado que a orientação poderá ocorrer por meio tecnologias da informação e da comunicação e presencialmente será realizada nas modalidades individual, coletiva, nas dependências do CRP 06 ou em local previamente definido pelo Conselho, obedecendo a critérios que também foram estabelecidos no documento. Importante que as modalidades estejam em conformidade com a Resolução. 2) Salientou-se que a atual gestão do plenário já aprovou outras resoluções, no entanto, para o caso em tela, é preciso ter certeza que o documento garantirá maior celeridade e qualidade para exercício profissional. **Encaminhamentos:** 1) As minutas de Resolução e de Portaria serão encaminhadas à assessoria jurídica para revisão dos dois documentos, considerando a adequação às técnicas legislativas. Ainda, solicita-se à assessoria jurídica que altere a ordem dos Arts. 1º e 2º, caso não haja prejuízo legislativo na Resolução; e, adequar o artigo 2º da Portaria para contemplar todos os meios de orientação indicados na Resolução. 2) A documentação também será encaminhada para a Comissão de Orientação e Fiscalização para que possam fazer uma última revisão das minutas, antes da publicação. 3) Tendo em vista que não foram apresentadas questões quanto ao mérito das minutas de Resolução e de Portaria, considerou-se aprovadas após os passos anteriormente mencionados, não sendo necessária a aprovação em outra reunião plenária. 4) Indica-se, ainda, que a necessidade de ajustes quanto à manutenção do teletrabalho, entrega de carteira de identificação profissional on-line, fiscalização on-line, representação on-line, além de questões referentes ao atendimento que não estão funcionando online. **V) COMISSÃO DE ÉTICA – 5.1)** **Informes** - Comunicou-se ao plenário o início dos trabalhos do GT de Mediação

255 Pré-Processual, informando-se que o referido grupo de trabalho foi instituído em
256 reunião geral da Comissão de Ética (COE), realizada em 28 de fevereiro de 2020,
257 para articular a mediação pré-processual que consta no Planejamento Estratégico
258 da gestão referente ao resultado da justiça restaurativa. O GT é composto pelas
259 psicólogas analistas técnicas, colaboradoras da COE, conselheiras/os membras/os
260 da COE, COF, Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE), bem como
261 a Diretoria e a Coordenadoria Técnica Política (COTEP). Expôs-se também sobre o
262 início do debate sobre Representação on-line, explicando-se que em reunião de
263 COF, no mês de abril, foi decidido a implementação desse recurso presente no
264 Novo Código de Processamento Disciplinar do Sistema Conselhos, considerando o
265 momento de pandemia. **VI) ECA +30** - Apresentou-se a Campanha em
266 comemoração aos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescentes cuja
267 proposta seria abordar a complexidade e diversidade das infâncias e adolescências
268 no sentido de não restringir-se à visão central incluindo campo, cidade e litoral,
269 bem como as diversas realidades vivenciadas por crianças e adolescentes
270 negras/os, indígenas, LGBTQIA, imigrantes, em situação de rua, crianças em
271 instituições, com familiares encarcerados (tendo em vista a suspensão das visitas
272 na pandemia) e crianças com deficiências (considerando que muitas instituições
273 estão fechadas e como as famílias se adaptam a este contexto). Considerações: 1)
274 Propôs-se que seja tratada também a dificuldade na expressão das emoções, o
275 aumento da violência doméstica (abusos), impedimento à vida social, à educação
276 (como a situação do ENEM), aumento de tentativas de suicídio entre adolescentes,
277 da automedicação (na falta de serviços na pandemia) e do abalo emocional na
278 pandemia: insônia, ansiedade, incompreensão da família e falta de atendimento em
279 UBS. Pensou-se como elemento fundamental o direito à vida. 2) O mote da
280 Campanha "ECA +30: a gente luta, a gente brinca! A psicologia é para todo mundo
281 e se faz com as crianças e adolescentes" foi construído em um "tom de utopia"
282 entre o "brincar" e "lutar", inspirando-se em Paulo Freire sobre a possibilidade de
283 mudança pela utopia e solidariedade, como sonho coletivo, luta coletiva,
284 sentimento que move a seguir. As atividades da Campanha foram divididas em 26
285 (vinte e seis) temas selecionados entre os artigos do ECA, solicitando-se a
286 indicação de nomes para apoio a seguintes ações: a) Psicologia e o ECA –

compromissos da Psicologia; b) Infância e adolescência nos dias de hoje – as crianças e adolescentes brasileiras; c) Crianças e adolescentes como prioridade absoluta na pandemia; d) Primeira infância; e) Adolescências; f) Crianças e adolescentes indígenas; g) Crianças e adolescentes negras; h) Crianças e adolescentes com deficiência; i) Crianças e adolescentes LGBTQI; j) Direito à educação; k) Direito à saúde; l) Direito à alimentação; m) Direito a cultura, esporte e lazer – brincar; n) Direito à participação; o) Direito à convivência familiar e comunitária; p) Direito à convivência familiar e comunitária; q) Medidas socioeducativas; r) Crianças e adolescentes com familiares encarcerados; s) Direito à profissionalização e à proteção no trabalho; t) Educação para a sexualidade – direitos sexuais e reprodutivos; u) Medicalização e patologização; v) Violências e violações – o que fazer?; w) Políticas e estratégias de enfrentamento à violência; x) Violações/violências - genocídio/juvenicídio; y) violência sexual; z) Escuta e depoimento especial (Lei 13431/17). 3) Sugeriu-se que, do ponto de vista metodológico, seria mais adequado priorizar pontos para produzir.

Encaminhamento: O assunto será aprofundado na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas e, posteriormente, rediscutido na próxima plenária ou durante a reunião de Diretoria com as/os conselheiras/os, que ocorrerá na quinta-feira, 11 de junho de 2020. **VII) PLANO DE CONTINGÊNCIA COM**

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO DE PESSOAS PELO CORONAVÍRUS – COVID-19, EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS DO CRP SP - A

Coordenadora Técnica-Política (COTEP), Ligia Daher, apresenta o Plano de Contingência do CRP SP, lembrando que o material também foi encaminhado ao plenário. A mesa diretora solicitou ao plenário sugestões sobre o funcionamento do CRP SP e orientação à categoria considerando as fases do governo do estado. Apontou-se que ao observar o mapa da progressão de casos de coronavírus, algumas regiões não tiveram casos de Covid-19, no entanto, destacou-se o compromisso do CRP SP pela vida e pela saúde de todas/os. Colocou-se, igualmente, a necessidade de se discutir questões relativas ao funcionamento do Conselho, como entregas de CIP e fiscalizações. Considerações: 1) Entendeu-se necessário realizar acréscimo na Portaria do Plano de Contingência sobre situações que exigem o estabelecimento do trabalho presencial, em caráter

319 excepcional, mediante consideração da Diretoria, caso sejam recebidas demandas
320 de fiscalização de órgãos como Ministério Público, adicionando-se, também, que
321 esses casos serão analisados quanto a emergência e possibilidade de adiamento.

322 2) Quanto à entrega de CIP, sugeriu-se reunião por meio da plataforma Zoom,
323 questionando-se se essa proposta cumpriria a função, bem como a exibição de
324 vídeo curto com informações iniciais. 3) Pontuou-se que o GT CIP poderia discutir

325 as sugestões e apresentar proposta ao plenário. **Encaminhamento: 1)** O
326 Teletrabalho será prorrogado até 02 de agosto de 2020. Será elaborada Portaria,
327 que será divulgada a todas/os, inclusive a Comissão de Saúde do Trabalhador
328 (Comsat) e o Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do
329 Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo - Sinsexpro.

330 **2)** Será incluído na Portaria texto que contemple situações que exijam o trabalho
331 presencial, em caráter excepcional, mediante consideração da diretoria. Assim,
332 Trabalho presencial, eventual, acontecerá seguindo medidas de segurança. **7.1)**

333 ***Orientação à categoria sobre retorno das atividades*** – Apresentou-se texto
334 elaborado pelas/os psicólogas/os analistas técnicas sobre o retorno do trabalho
335 presencial, no qual afirmam que a flexibilização acarretará situação de risco.
336 Indicou-se, ainda, a necessidade de atualizar a informação na página do CRP SP
337 com as normativas estaduais e municipais. **Encaminhamento:** O texto foi

338 aprovado pelo plenário. **VIII) ALIENAÇÃO PARENTAL** - Falou-se sobre o Caderno
339 Temático "Cristalização, patologização e criminalização da vida no sistema de
340 Justiça: 'Alienação Parental' e a atuação da/o psicóloga/o" cujo lançamento
341 acontecerá no próximo dia 10 de junho. O material encontra-se em fase final de
342 revisão e será encaminhado ao plenário. Relembrou-se que o caderno foi proposto

343 ao final de 2019 a partir de discussões nacionais que buscam criminalizar a
344 chamada alienação parental, sendo o seu conteúdo construído a partir de debates
345 e rodas de conversas estaduais (realizadas nos territórios) sobre a atual legislação
346 e sua relação com o exercício profissional. Acrescentou-se que o conceito
347 atualmente conhecido como 'Alienação Parental' não é psicológico, mas tem
348 relação com a Lei nº 12.318/10 e outras legislações. Pontuou-se, ainda, que o
349 Caderno possui artigos que trazem as discussões das rodas de conversa
350 realizadas no ano passado, como aquelas que discutiam o conceito de alienação

351 parental. Pondera-se que é algo que tem sido utilizado para silenciamento das
352 mulheres. Também há artigos que tratam sobre o melhor interesse da criança,
353 masculinidades em relação à alienação e outro sobre a perspectiva das mulheres
354 (“Lei da mordaza”). Pontua-se ainda que o Caderno surgiu a partir das discussões
355 nacionais, sendo que o posicionamento nacional é mais conservador, no sentido da
356 patologização e medicalização na alienação parental. **IX) ESTAGIÁRIOS E**
357 **POSIÇÃO SOBRE ENSINO SUPERIOR EAD** – Beatriz Borges Brambilla pontua
358 que pelo horário, a discussão será realizada em Reunião de Diretoria. Aponta que
359 foi feito levantamento em todos os setores a respeito da retomada do trabalho de
360 estagiárias/os no CRP SP. **X) INFORMES (CONTINUAÇÃO) – 10.1) Marcha pela**
361 **vida** - Expôs-se que o CRP SP está tentando aderir às marchas virtuais que tem
362 ocorrido e, especificamente, à Marcha pela Vida organizada por um conjunto de
363 associações, que têm interface, especialmente, com a área da saúde. Pretende-se
364 produzir um vídeo com pessoas fazendo uma espécie de jogral. A intenção é que
365 ao participar de tal atividade o Conselho possa se manifestar em defesa da vida,
366 considerando que o país está aproximadamente 22 (vinte e dois) dias sem ministro
367 da saúde. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz
368 Borges Brambilla deu por encerrada a sessão às treze horas e quarenta e cinco
369 minutos, da qual eu, conselheira secretária, Raizel Rechtman, lavrei a presente
370 Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, 06 de junho de 2020.

Ana Paula Hachich de Souza

Annie Louise Saboya Prado

Beatriz Borges Brambilla

Eduardo de Menezes Pedroso

Emanoela Priscila Toledo Arruda

Ione Aparecida Xavier

Ivani Francisco de Oliveira

Julia Pereira Bueno

Jumara Silvia Van De Velde

Lauren Mariana Mennocchi

Lilian Suzuki

Luana Alves Sampaio Cruz Bottini

Luciane de Almeida Jabur

Maria da Glória Calado

Maria Rozinetti Gonçalves

Mônica Marques dos Santos

Murilo Centrone Ferreira

Raizel Rechtman

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Rodrigo Toledo

Sarah Faria Abrão Teixeira

Sulamita Jesus de Assunção

Talita Fabiano de Carvalho

Tatiane Rosa da Silva